



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RESSIGNIFICAR É PRECISO! A IMAGEM DO NEGRO EM LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS

Meiridiana de Oliveira Queiroz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

mdioliveira15@gmail.com

Francisca Ramos-Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

franciscaramoslopes48@gmail.com

RESUMO

A proposta para esta comunicação é apresentar um projeto em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional em Letras - Profletras/Assu RN. A discussão está respaldada na seguinte problematização: Os textos verbais e não verbais, inseridos em um livro do didático do 8º ano, são representativos da diversidade cultural constituinte das diversas etnias brasileiras? Esse questionamento produz sentidos por compreendermos que na história do povo brasileiro, não há como negar ou ignorar as relações de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais que originaram o território brasileiro. Sendo o livro didático uma das ferramentas mais utilizadas pela maioria dos estudantes de escolas públicas brasileiras, acreditamos que os discursos subjacentes aos conteúdos presentes nos livros, que circulam na escola, ajudam a construir valores e naturalizar conceitos positivos ou negativos a respeito de uma dada cultura, um dado grupo social. O que, dependendo do enfoque abordado, pode direcionar crianças e jovens a se identificarem, sentindo-se prestigiados ou desvalorizados, socialmente. O trabalho oportunizará discussões, produções e reflexões que muitas vezes são silenciadas no ambiente escolar, trazendo um olhar crítico sobre a temática da diversidade cultural e racial. Nossa compreensão é que promover o debate mostrando ao aluno, negro e não negro, a importância e as contribuições da cultura africana para a construção do nosso país, é um dos caminhos para a formação de cidadãos sem racismo e preconceitos, dentro e fora dos muros escolares.

Palavras-chaves: Identidade Étnico-racial, Livro didático de português, Racismo, Preconceito.

1. Introdução

O espaço escolar, ainda é um dos principais locais para a formação de opiniões. Através de diálogos, reflexão, troca de conhecimentos e experiências. Uma instituição onde homens, mulheres, crianças e adolescentes interagem e se relacionam cada um



com suas vivências, conhecimentos de mundo diversos, saberes, bem como uma enorme diversidade étnica e cultural.

A escola tem como papel fundamental formar cidadãos, capazes de refletirem criticamente, construir conhecimentos, apreender e acima de tudo respeitar as diferenças. É nessa perspectiva de observar e analisar como o respeito e as relações étnico-raciais processam-se neste ambiente. Identificar como a imagem do negro está inserido no livro didático utilizado em sala pelos docentes, e como a escola, através de seu grupo gestor, professores e funcionários, se posiciona em relação a esta temática, e as situações de preconceito e racismo que se manifestam dentro das salas e corredores escolares. Nessa perspectiva, Moura (2005, p. 76):

Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história.

Desse modo, é necessário compreender os aspectos históricos e sociais que ao longo dos tempos fez do negro no Brasil um ser excluído e negligenciado pelas autoridades. Apresentar aos alunos, negros ou não, uma imagem não mais do “negro no tronco”. Porém, de um ser que rompeu as correntes de ferro e principalmente as correntes do preconceito que o deixaram invisíveis por centenas de anos. Não se pode negar a importâncias do afrodescendente na construção da nossa nação. Resignificando a imagem através da mudança de postura do professor, na mudança do currículo, no olhar crítico sobre o que o livro didático traz sobre essa temática. Para que os alunos negros se encorajem de se assumirem como o são, e assim, terão o respeito dos demais, fazendo com que seu percurso dentro da escola seja prazeroso, permeado de experiências positivas e apreensão de novos saberes. Não um lugar traumático onde chacotas, apelidos e a exclusão se sobreponham e os leve a desistência do ambiente escolar. Observamos a discussão de Munanga (2005, p.16):



Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça dos professores e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outros, desestimulam o aluno negro e prejudica seu aprendizado, o que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do aluno negro, comparativamente ao do alunado branco.

A partir dessa constatação, fica evidenciada a importância dos professores na luta contra o racismo. Aos docentes, precisa ser dada a oportunidade de conhecer mais e profundamente a diversidade do Brasil. O currículo monocultural precisa sair de cena e deixar que o pluralismo cultural possa fazer-se presente no ambiente escolar. Fazendo com que brancos, negros ou índios convivam de forma harmônica e respeitosa.

2. Metodologia

Metodologicamente, faremos uso de uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa ação, em seu caráter intervencionista (THIOLLENT 2008).

Os sujeitos colaboradores são discentes do 8º ano de uma escola pública da cidade de Beberibe, CE. A escolha desse tipo de pesquisa se deu por acreditar em seu caráter transformador. Xavier (2010, p. 47) define pesquisa-ação da seguinte maneira:

É aquela em que o pesquisador faz intervenções diretas na realidade social que se apresenta com algum problema. Ele interage de forma intensa com os sujeitos pesquisados e com a realidade que o cerca. Além de constatar o problema e suas causas, ele procura agir para solucioná-los de modo prático e conscientizar os sujeitos envolvidos sobre a melhor forma de evitar a ocorrência de tais problemas.

O embasamento teórico será a partir de pesquisas na área de Leitura Kleiman (1989, 1996) e Solé (1998); da Linguística Aplicada (LA) focando a vertente contemporânea da LA crítica, híbrida mestiça, indisciplinar e transgressiva (MOITA LOPES, 2006); dos Estudos Culturais e da Educação, destacando-se pesquisas sobre etnias e identidades Bauman (2005 a 2009), Cunha Jr. (2008 a 2010), Cavalleiro (2005),



Gomes (2001 a 2006), Guimarães (2002 a 2007), Hall (2003 e 2005), Munanga (2006 a 2009), Ramos-Lopes (2010 a 2016), dentre outros.

O trabalho oportunizará discussões, produções e reflexões que muitas vezes são silenciadas no ambiente escolar, trazendo um olhar crítico sobre a temática da diversidade cultural e racial. Nossa compreensão é que promover o debate mostrando ao aluno, negro e não negro, a importância e as contribuições da cultura africana para a construção do nosso país, é um dos caminhos para a formação de cidadãos sem racismo e preconceitos, dentro e fora dos muros escolares.

3. Resultados e discussões

3.1 Livro didático: um breve histórico

O livro didático, ainda é a principal ferramenta de uso do professor em sala de aula. Mesmo com o avanço e acesso das novas tecnologias, ele se mantém no topo de interesse dos docentes. Sendo o ‘queridinho’ em sala, o livro tem uma trajetória de longos anos. E já passou por diversas reformulações e críticas. Azevedo (2002, p. 02) retrata alguns desses momentos:

Em que concerne ao livro didático, é importante destacar que em cada momento em nossa história foram formulados programas que atendessem necessidades específicas. No período varguista, a preocupação relativa ao livro didático era fomentar a produção para atender e suprir a carência que existia no país. (não existia material didático suficiente para ser distribuído aos alunos das escolas públicas da época). Dentro desse objetivo maior, Getúlio Vargas fez uso do livro didático de história como instrumento de transmissão do sentimento nacional. Durante a ditadura militar brasileira uma nova política para o livro didático e para a educação de forma foi adotada. Foram feitos vários acordos – os acordos MEC/USAID – entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

É a partir de 1929 que iniciaremos essa caminhada, que se deu com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). O objetivo desse órgão era legislar, reconhecer e incentivar o aumento de sua produção.



No entanto, somente em 1938 o livro didático entrou na pauta do governo. Instituiu-se através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. Em 1945, conforme art. 5º do Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, o Estado fortaleceu a legislação sobre o livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos discentes.

Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1966, permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). A ideia era que essa comissão controlasse todas as ações referentes à edição, produção e distribuição dos livros. O pretendido era distribuir uma quantidade aproximada de cinquenta e um milhões de exemplares durante três anos.

Cinco anos depois esse acordo chegou ao fim. E o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Em 1976, o INL extinguiu-se, ficando o PLIDEF a cargo da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME).

Após tantas mudanças, o governo passa a comprar os livros com recurso do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Decreto nº 77.107, de 04/04/76. Porém, com a falta de recursos a saída foi excluir diversas escolas municipais do programa. Mais tarde, criou-se a Fundação de Assistência Estudantil (FAE), em substituição a FENAME, tendo esta, a responsabilidade com diversos programas do governo.

Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o responsável pelo livro no país. O Decreto nº 91,542, de 19/8/85, instituiu algumas mudanças importantes e fundamentais para uma melhor qualidade e acesso ao LD. São elas:

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para a sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implementação de bancos de livros



didáticos; Extensão de oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. (Site do FNDE, acesso em maio 2016)

Apesar de novas políticas públicas para o livro didático, e a tentativa de melhorá-lo, é necessário reconhecer que o livro didático possui certas limitações, especialmente em relação ao conteúdo. Diversos assuntos são tratados superficialmente ou sem grande valor. Costuma também haver muitas lacunas teóricas. Muitas vezes o autor omite informações que são importantes não permitindo que os alunos se aprofundem sobre determinados temas. Isso acontece pelo fato dos autores fazerem escolhas e selecionarem o que julgam mais essencial em um tema. Posto que muitas vezes o autor é de uma região onde determinados temas não tem tanto valor cultural, histórico ou social, sendo assim, fica na responsabilidade do professor complementar essas informações adequando-as a realidade da localidade onde vive.

Há que se ter muita atenção no que diz respeito à uniformização de práticas, sejam elas sociais ou culturais, e também em relação à exemplificação. O Brasil é um país diversificado sob muitos aspectos. As práticas culturais, por exemplo, de determinadas localidades nordestinas não podem ser entendidas como sendo os elementos culturais da cultura nordestina. O tratamento dos povos indígenas e afro-brasileiros nos livros didáticos são temas sobre o qual se costuma cometer certas uniformizações. Ou até mesmo negar ou silenciar a importância desses povos e sua cultura no desenvolvimento do nosso país.

Assim, cabe, prioritariamente, ao docente, tecer um olhar crítico ao livro que trabalhará em sala. Ler, analisar, rever, excluir, incluir e levar seu aluno a uma visão crítica e aprofundada sobre os temas propostos no material.

3.2 Resignificar é preciso

No Brasil, falar das questões étnico-raciais parece fácil. Fácil? Parece ser. Já que permeia em nossa sociedade a ideologia, a crença de que nosso país é democrático, onde



todos se relacionam harmonicamente, se respeitam e se aceitam independente da cor. Ideologia intitulada de falsa democracia racial. No entanto, é fato percebermos ou ouvirmos falar em atos de discriminação e racismo, em diversos segmentos da sociedade. O interessante é que a maioria dos brasileiros não se reconhece como racistas e preconceituosos. E que esse tipo de conduta ou pensamento está incutido na cabeça do próprio negro. Desse modo, fica difícil ou até mesmo impossível tratar de um problema que, supostamente, não existe. Munanga (2005, p. 18) afirma:

A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças como outras sociedades mais racistas, por exemplo, Estados Unidos e África do Sul, é também racista, ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos.

A partir desse pressuposto, desse reconhecimento e da aceitação de que somos uma sociedade racista e preconceituosa, e que a visão eurocêntrica, superioridade branca, ainda está arraigada no nosso meio, sujeitando o negro a subjetividade, tirando-o da ideia de subalterno, é que se pode enxergá-lo e reconhecê-lo na meio social. O silenciamento não é uma forma de dizer que não há racismo ou preconceito. O pior é não perceber a existência do outro. Fingir que ele não está ali, e que não faz parte da coletividade. Essa invisibilidade, desrespeito e desvalorização em relação aos afrodescendentes brasileiros, é uma questão histórica e social.

No Brasil colônia, o negro era o escravo sem alma, sem inteligência, incapaz para as artes e letras. A cor fazia dele um ser aculturado. Nascido para o trabalho braçal e servil. Tratado como animal. Essa carga de ideias negativas sobre o negro era importada da Europa, e assimilada pelos estudiosos e elite brasileira da época. Com o fim do período escravocrata e chegada da República, se fazia necessário repensar e inserir o negro em um Brasil que precisava se tornar o mais parecido possível com a Europa, no que diz respeito a cor da pele. O país buscava uma identidade própria e única, mas que não podia ter na pele a cor negra ou mestiça. Conforme o pensamento de Munanga (2008, p. 51):



O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional¹¹. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito a influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro.

Havia um descrédito e inúmeras interrogações quanto ao futuro do país. Diversos pensadores brasileiros preocupavam-se em moldar a nação em uma unidade étnica. Mas como fazê-lo, como transformar tantas diferenças nos costumes, na cultura e principalmente na cor, em um único jeito de ser, ver e viver? Não faltavam teorias e teses sobre o tema. Os intelectuais da época debatiam e reafirmavam que era necessário o processo de “embranquecimento” da população. Para que fôssemos vistos como uma nação íntegra, forte, inteligente, culta e capaz de se desenvolver. A esse respeito, Romero (2005, p. 153):

Todo brasileiro é um mestiço, quando não é no sangue, o é nas ideias. Mas, não é por isso – completa – que o Brasil será uma nação de “mulatos”. Porque na mestiçagem a seleção natural faz prevalecer, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso, que no caso do Brasil é a branca, graças a intensificação europeia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição.

Era com conceitos dessa natureza que o Brasil se moldava a nação. Gerando consciente ou inconscientemente o racismo e o preconceito. Ao negro não foi dado a oportunidade de mostrar seu potencial. O que ele seria capaz de aprender, ser e contribuir na construção desse novo país. Torres (2008, p. 27) revela:

A diversidade racial não constitui obstáculo à constituição da identidade do povo brasileiro. Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea e isto não lhe impediu de formar uma nação, moral, política e socialmente [...]. Se os indígenas, africanos e seus descendentes não puderam “progredir e aperfeiçoar-se” isto não se deve a qualquer incapacidade inata. Mas ao abandono em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível.



Tanto o pensamento de Romero (2005) na superioridade do branco, e o de Torres (2008) nas impossibilidades e abandono dos grupos ético-raciais são bem atuais. No Brasil contemporâneo essas ideologias ainda permeiam nossa sociedade, que tem maioria negra. Esses posicionamentos precisam ser revistos, quanto ao trato na diferenciação de desigualdade do negro perante o branco. É preciso apresentar a verdadeira história dos afrodescendentes. Suas lutas, sua colaboração e influência na culinária, dança, religiosidade e costumes para a nossa brasilidade. Desmitificar a imagem do “negro no tronco”, sempre subserviente, dominado e sem valor se faz necessário. E é principalmente na escola que essa desmitificação deve acontecer. Instituição onde as cores se misturam e se relacionam.

A Lei Federal nº 10.369/2003, que obriga o ensino da história e da pluralidade ético-racial é uma realidade, fruto de muitas lutas dos movimentos negros no país. No entanto, a efetivação da referida Lei ainda não se deu de forma satisfatória. Há falta de conhecimento de professores, grupos gestores das escolas e das secretarias de educação. Silva (2005, p.22) afirma:

Cabe uma formação específica para o professor de ensino fundamental, com o objetivo de fundamentá-lo para uma prática pedagógica com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados dos materiais pedagógicos especificamente nos textos e ilustrações do livro didático.

Não se pode dar o que não tem. Se o professor não tem conhecimento teórico e não reconhece o protagonismo da negritude, ele não conseguirá lidar com as questões racistas existentes em sua sala de aula. E não poderá ser mediador no processo de empoderamento do aluno negro ali inserido. É preciso um olhar crítico em torno desse profissional, e desse profissional quanto as suas práticas pedagógicas diárias que envolvem o tema em questão, em relação ao seu planejamento, ao currículo escolar e ao material de apoio, o livro didático, que para a maioria dos professores é a principal ferramenta utilizada em sala de aula.



O Brasil tornou-se um país único justamente por conta da diversidade. Mistura de sangue, de cores, de valores, de costumes, saberes e fazeres, que o faz particular e reconhecido em todo mundo. A criança negra precisa compreender que sua cor, seu cabelo e suas características não a fazem inferiores, ao contrário, ela é resultado dessa riqueza de etnias. Que seus antepassados sempre lutaram por liberdade, respeito e contribuíram para o crescimento da nossa nação. Que cada povo que aqui chegou trouxe uma grande contribuição para nos tornarmos tão ricos e diversificados culturalmente.

4. Conclusões

Para traçarmos essas considerações, recorreremos ao pensamento de Ramos-Lopes (2010, P. 25) quando em seus estudos destaca:

Os preconceitos trazem sentidos por meio de estereótipos cristalizados verbalmente ou imaginariamente. Considerar uma pessoa preguiçosa por causa do pertencimento étnico-racial; dizer que alguém dirige mal porque é mulher; que os japoneses são mais inteligentes e que todo brasileiro gosta de samba etc., são concepções preconceituosas que não nascem com o sujeito. Elas são construídas ao longo da vida.

É na perspectiva exposta que acreditamos que esse estudo é relevante. Posto que o preconceito seja algo que permeia nossa sociedade. Posto que possa causar, através de ações preconceituosas, morte social, intelectual, profissional entre outras, principalmente entre crianças e adolescentes que ainda estão em fase de desenvolvimento.

É necessário que a sociedade entenda que todos têm o direito de existir, independente da classe social, gênero ou etnia. O respeito ao outro deve ser incentivado. É nesse momento em que a escola entra como protagonista do processo. Levar informações e debates sobre esse tema é de total relevância. O professor deve selecionar material de apoio, tecnológicos ou não, referentes ao assunto preconceito/discriminação. Levando o aluno a observar e fazer análise crítica ao mesmo, a partir dos textos e imagens inseridas no livro.



O tema preconceito/racismo deve fazer parte do planejamento do professor. Enxergar e fazer enxergar a beleza nas diferenças é papel de todos, e deve ser prioridade de toda a comunidade escolar.

5. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Edeílson Matias de. **Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula.** Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo: FUCAMP, v. 4, n.4, p. 105-116, 2005.

BRASIL / Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação: repensando a nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2003;

MOREIRA, Eryson de Souza. **A construção social do indivíduo negro no âmbito escolar.** I Encontro de História do CAHL Centro de Artes, Humanidades e Letras, Quarteirão Leite Alves, Cachoeira-BA, 2010;

MUNANGA Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005;

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008;

Portal do FNDE. **Histórico do livro didático.** Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>.

RAMOS, Aline Oliveira. **Preconceito racial percebido/não percebido, pelas professoras, na educação fundamental.** PPGEd/UESB, 2013;

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. **A constituição discursiva de identidades étnico-raciais de docentes negros/as: silenciamentos, batalhas travadas e histórias (re) significadas.** 321f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos.** Recife: Editora Réspel, 2010.